



## **As instituições privadas estão tomando decisões públicas: um estudo sobre Rio Grande do Sul e Ceará**

### **Private institutions are making public decisions: a study on Rio Grande do Sul and Ceará**

#### **Mariângela Bairros**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Avenida Paulo Gama, s/n, Porto Alegre – RS, CEP: 90046-900

E-mail: mmbairros@gmail.com

#### **Gisele Gallicchio**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará

Instituição: Universidade Internacional de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Endereço: Avenida da Abolição, 03, Centro, Redenção – CE, CEP: 62790-000

E-mail: gisoaresgal@gmail.com

#### **Patrícia Marchand**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Avenida Paulo Gama, s/n, Porto Alegre – RS, CEP: 90046-900

E-mail: patymarchand@gmail.com

#### **RESUMO**

Neste artigo apresentamos levantamento realizado no Rio Grande do Sul e Ceará acerca das instituições privadas que atuam na área de educação nestes estados. Trata-se de uma pesquisa que ocorre de forma simultânea no RS e CE e aqui apresentamos resultados parciais de mapeamento que ocorreu de janeiro a junho de 2023 e janeiro a junho de 2022. Estruturamos através de duas figuras as instituições e a intervenção do privado no público, com o objetivo de deixar claro que atualmente temos uma linha muito tênue entre público e privado. A pesquisa diz respeito a participações destas instituições, nas formações, no gerenciamento e controle da ação educacional dentro das escolas. Identificamos que a ação das instituições privadas difere nos dois estados. Enquanto no CE elas estão dentro das escolas, intervindo na gestão da escola e na sala de aula, na avaliação dos alunos, na formação dos professores, no RS, o privado age diretamente nas formações dos professores presencial e online. Como premissa de nossas considerações finais, temos por objetivo jogar luz sobre o processo acelerado da invasão do setor privado no território do público.

**Palavras-chave:** instituições privadas, ensino médio, políticas educacionais.



## ABSTRACT

In this article we present a survey carried out in Rio Grande do Sul and Ceará about the private institutions that work in the area of education in these states. This is a research that takes place simultaneously in RS and CE and here we present partial results of the mapping that took place from January to June 2023 and January to June 2022. We structure the institutions and the private intervention in the public, in order to make it clear that we currently have a very fine line between public and private. The research concerns the participation of these institutions, in the formations, in the management and control of the educational action inside the schools. We identified that the action of private institutions differs in the two states. While in Ceará they are inside schools, intervening in school management and in the classroom, in student assessment, in teacher training, in RS, the private sector acts directly in face-to-face and online teacher training. As a premise for our final remarks, we aim to shed light on the accelerated process of private sector invasion of public territory.

**Keywords:** private institutions, high school, educational policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos um mapeamento das instituições privadas que estão participando das políticas públicas educacionais considerando os Estados do Rio Grande do Sul e Ceará. A pesquisa diz respeito a participações destas instituições, nas formações, no gerenciamento e controle da ação educacional dentro das escolas. Identificamos que a ação das instituições privadas difere nos dois estados. Enquanto no Ceará elas estão dentro das escolas, intervindo na gestão da escola e na sala de aula, na avaliação dos alunos, na formação dos professores, no RS, o privado age diretamente nas formações dos professores.

Podemos constatar que esta nova reconfiguração da ação governamental, repassa para as mãos das instituições privadas suas responsabilidades, entregando a elas a formulação, agenda e processo decisório (Capella, 2018) (Souza, 2006).

A reforma do novo ensino médio trouxe de forma acentuada um novo período na educação brasileira que é a implementação de um projeto de anulação da educação pública, poderíamos dizer, do fim da educação pública.

Ao analisarmos a atuação de setores privados no lugar do Estado, o seu papel de participação ativa nas políticas públicas, percebemos o quanto estas



relações entre o público e o privado foram constituindo raízes profundas, quase irreversíveis. Um processo iniciado nos Estados Unidos (Kless; Edwards Jr., 2015), agora vemos no Brasil a aceleração deste processo, como também já ocorreu em outros países da América Latina (Adrião; Pinto, 2018). A reforma do ensino médio aprofundou o processo de privatização da educação. Conforme Peroni (2021) é um projeto societário que está em disputa.

É importante destacar que este não é um processo iniciado agora no Brasil, mas um projeto em nível internacional, que foi aprofundando-se desde a década de 1980 (Peroni, 2011). A esfera pública é cúmplice de uma ação organizada, de tal forma, que o Estado é o promotor de ações que garantem a permanência do privado dentro do espaço público. Conforme analisamos no Ceará e Rio Grande do Sul, podemos constatar que as instituições privadas se multiplicam e se repetem nos dois Estados. Todavia, não podemos deixar de lado a análise de que o Estado brasileiro faz a opção de abrir mão de suas responsabilidades e aceitar a entrada do setor privado.

A reforma do Ensino Médio provocou uma erosão no currículo desta que é a última etapa da Educação Básica. O conceito de Educação Básica está ameaçado a partir da reforma (Kuenzer, 2022). Tal desarticulação aponta para o fim da vida estudantil com a conclusão do Ensino Médio, o que reforça o descompromisso com as classes populares ameaçadas com a diluição da educação pública e gratuita, a qual impacta também o ensino superior.

Na mesma desestruturação promovida pela reforma do Ensino Médio, com objetivo específico de impedir que as classes menos favorecidas economicamente tenham acesso aos qualificados bancos escolares e acadêmicos para, caso queiram, estruturarem uma carreira que os coloque em lugar de destaque na sociedade brasileira: professores, juizes, médicos, desembargadores, dentre tantos outros (Silva; Araújo, 2021) (Ramos, 2021). E aqui destacamos estas profissões exatamente para diferenciar dos entregadores de *delivery* (Lourenço, 2021), trabalho subalterno sem direitos trabalhistas e sociais, sem carteira assinada, sem férias, sem nenhum direito. A reforma do Ensino Médio traz a retórica de aumento de horas para ensino, na verdade o que



estamos acompanhando pelo levantamento realizado é a diminuição da carga horária de várias disciplinas que são fundamentais para qualificar estudantes para o pensamento crítico, para um conhecimento geral e específico.

A estruturação de um currículo que produza um conhecimento de base científica é considerada dispensável para atender as necessidades de mercado. O esvaziamento do conteúdo, do acesso a conceitos e à literatura qualificada neutraliza a capacidade de comparação, interpretação e avaliação das ações e dos contextos históricos, políticos e sociais por parte dos professores e dos estudantes.

Acrescentamos também, a perda de conceitos de lutas históricas em defesa da democracia (Mounk, 2019), (Dahl, 1998), e conseqüentemente, da gestão democrática, que foi completamente segregada na reforma do Ensino Médio. Igualmente desconsiderada foi a lei 10.639/2003, complementada pela 11.645 de março de 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Lei nº 11.645, de 10 março de 2008).

A reforma implementada abriu mão do conceito da gestão educacional democrática ou ignorou os processos de participação direta da comunidade nos processos decisórios da escola, do planejamento participativo, sobretudo do projeto político pedagógico. Ignorou o papel dos estudantes ao não dar voz aos alunos, falta de incentivo aos grêmios estudantis, ao debate e protagonismo juvenil, do conselho escolar, da avaliação participativa.

Queremos aqui retomar alguns destes conceitos que são inerentes a educação de qualidade, tais como: gestão democrática, conhecimento, avaliação emancipatória. A educação que defendemos diz respeito à construção do conhecimento, que não se dá pela imposição uma lista de conteúdos. O



conhecimento é forjado na criação cotidiana, elaborado em planejamento coletivo que resulta no projeto político pedagógico.

Currículo é ação, é trajetória, é caminhada construída coletivamente e em cada realidade escolar de forma diferenciada. Que tenha espaços de formação de educadores, na perspectiva da construção de sujeitos críticos e de investigação permanente da realidade social tendo como objetivo a qualificação da ação pedagógica e o resgate da cidadania (Caderno 9 SMED, 1996, p. 7).

Envolve todos da escola e comunidade, são práticas, saberes e processos interativos do trabalho pedagógico.

Outro conceito que queremos enfatizar diz respeito à gestão democrática. Este traz em sua gênese a descentralização do poder, no que se refere às definições do seu projeto de escola, respeito e reforço aos processos decisórios da escola e comunidade. Com um conselho escolar ativo e participativo nas ações, dando voz aos alunos através dos grêmios estudantis, que propicie pluralismo de ideias, uma constante relação entre teoria e prática.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa ocorre de forma simultânea no RS e Ceará. Realizamos um levantamento minucioso, ainda em andamento, do que temos de instituições privadas definindo ações que deveriam estar, unicamente, nas mãos dos respectivos estados.

Para desenvolvimento deste trabalho, realizamos um levantamento de instituições privadas que atuam nos dois Estados, analisando materiais como o Caderno Técnico do Novo Ensino Médio do Ministério da Educação, volume 3: Análise e sistematização dos planos de implementação do novo ensino médio das 27 unidades federativas – 2022. Caderno 2º ano EM Mundo do Trabalho do Estado do Ceará em parceria com o Instituto Aliança. Caderno Projeto Político Pedagógico Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará. Plano de ação para Orientação às Escolas e Acompanhamento da Implementação dos Itinerários Formativos (PAIF) do Governo do Ceará em parceria com diferentes institutos privados.



No RS foi realizado um levantamento no site da secretaria na seção notícias de janeiro a junho de 2022 e janeiro a junho de 2023, considerando todas as instituições privadas, ano de criação, objetivos e nome, apresentadas pela própria SEDUC-RS, dentro deste período especificamente. Igualmente no site, acessamos todos os cadernos disponíveis, assim como lives. À medida que fazíamos o levantamento fomos identificando que as formações são dadas pelo setor privado. Investimentos nas formações de secretários, técnicos, diretores e docentes – 1º. Passo estratégico para “adesão” às medidas preconizadas pelas fundações. Fomos identificando a origem dos institutos privados, dentre eles destacamos um dos mais novos: IUNGO, que foi fundado em 2020, assim como assistimos as lives destes institutos.

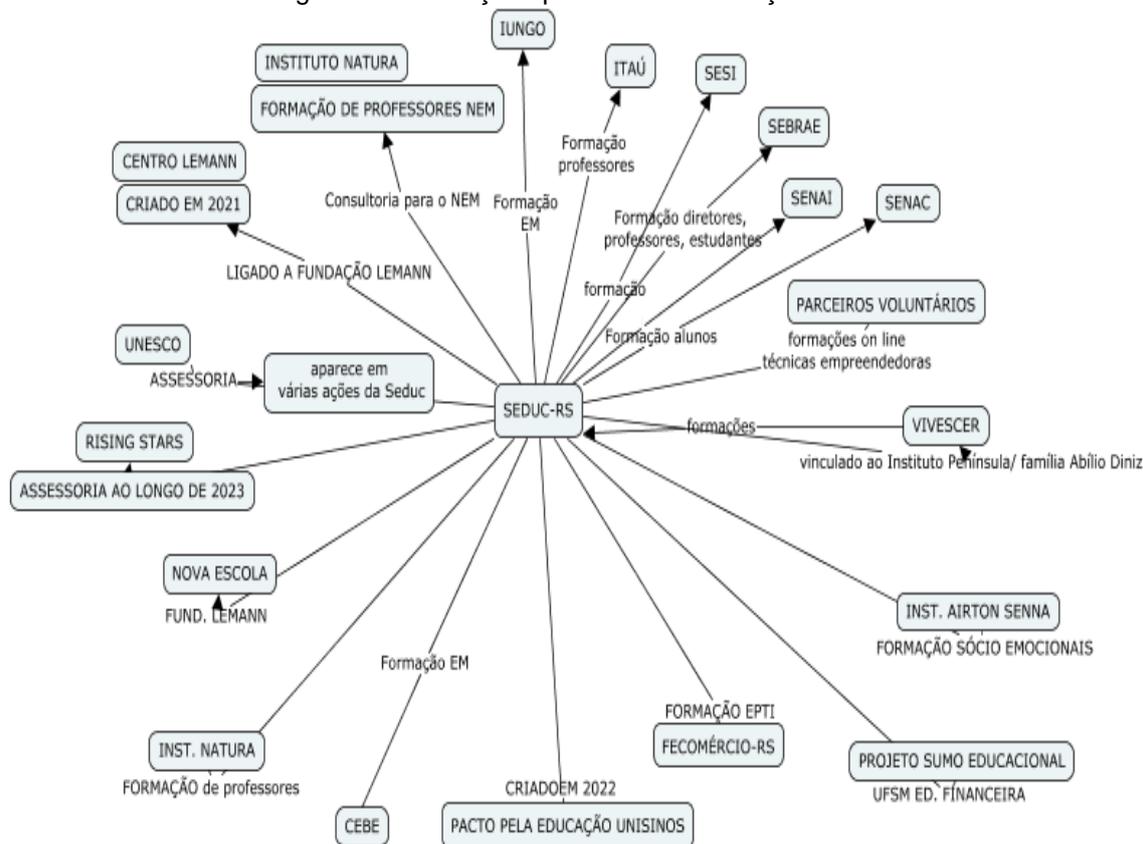
Importante registrar que à medida que a pesquisa avançava, fomos entrando nos sites dos institutos e buscando informações da própria instituição privada.

Cabe destacar que esta é uma pesquisa em andamento, neste trabalho apresentamos resultados parciais, pois a pesquisa encerrará em 2026.

## 2.1 NÃO HÁ FRONTEIRAS ENTRE PRIVADO E O PÚBLICO: RS

O levantamento realizado no site da SEDUC-RS, na seção de notícias, conforme observamos na figura abaixo, é muito mais pulverizado e com um número maior de instituições privadas atuando.

Figura 1 – Instituições privadas na Educação - RS.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do SEDUC-RS.

Na SEDUC-RS aparecem as seguintes parcerias público-privado: Instituto IUNGO, ITAÚ, Centro Lemann, SESI, SEBRAE, SENAI, SENAC, Instituto NATURA, Instituto REÚNA, Parceiros Voluntários, Centro de Políticas Educacionais/FGV, Fecomércio/RS, UNESCO, NOVA ESCOLA, CEBE - Centro de Especialização e Base Educacional, PACTO PELA EDUCAÇÃO criado em 2022, Instituto AIRTON SENNA, VIVESCER e RISING STARS.

Conforme fomos realizando este mapeamento, observamos que existe uma grande quantidade de instituições que participam das formações de professores, muitas destas instituições não têm nenhuma tradição na área de educação, por exemplo. Traço recorrente: a formação na área da educação e as discussões teórico-pedagógicas são apartadas deste processo, indicando que não há preocupação com a educação. A maioria dos mentores e coordenadores das propostas veiculadas pelas fundações é composta por integrantes de equipes administrativas das empresas desdobradas em fundações com trajetória



profissional em administração e gestão. As fontes utilizadas para a elaboração dos materiais destinados às escolas indicam esta tendência.

As formações da secretaria acontecem tanto com instituições, quanto com palestrantes individuais, sempre ligados ao setor privado, mas como pode ser observado nas lives da SEDUC-RS, estas formações são pulverizadas.

O projeto ora em construção é de caráter privatista, como afirma (Peroni, 2021), vivemos no RS um estágio que já ultrapassou o estado Mínimo e agora vivemos o Estado empresarial. *El neoliberalismo hoy por hoy lejos de agotarse, se reedita. Presenciamos alguna suerte de reactualización que se prolonga en el tiempo y en espacio, tanto a nivel global, como local* (Puella-Socarrás, 2008, p. 81). Conforme o autor, o público se desvincula de sua vocação e opta pela lógica mercantil, pelo mercado.

Corroboramos com os autores e reforçamos o que se revela, drasticamente, na SEDUC-RS, onde o papel do Estado foi abdicado em prol do mercado. Quem determina as ações é o mercado, a educação financeira, o empreendedorismo. A SEDUC-RS não estabelece parcerias com instituições públicas, com as universidades públicas que têm tradição na área educacional, somente com instituições privadas, recentemente criadas, após a Lei 13.415/2017, com consultores onde as formações em graduação e pós estão vinculadas à iniciativa privada. A área educacional sempre foi uma área em disputa, todavia, nos anos de 2019 a 2022, aprofundou-se as políticas privatistas na educação. Retomada agora, mas é uma política que se iniciou ainda no governo FHC.

Atualmente, as formações visam à padronização e reprodução das condutas a serem adotadas como didáticas. A preocupação pedagógica desaparece, uma vez que o professor perde sua função de educador em que pensa as atividades em sala de aula a partir da problematização teórico-conceitual com as práticas e os acontecimentos vividos numa relação dialógica e imanente. As formações disponibilizadas pelas fundações através das secretarias de educação têm o formato de treinamento, imprimindo técnicas de “coach” e apresentando casos com exemplos de sucesso a serem seguidos. Os



temas atendem à subjetivação capitalística de incorporação da alma empresarial e/ou do empreendedorismo.

No RS, são realizadas lives de formação continuada, em dias previamente agendados com as escolas, também são ofertados cursos on-line. Cabe destacar que a Secretaria disponibiliza um conjunto de materiais e em grande quantidade. Todavia, se considerarmos que a rede estadual está implementando uma política nova, com o grau de complexidade, com disciplinas novas, somente isto, não dá conta da formação dos professores.

O Projeto de vida é uma disciplina nova, é ofertado pelo ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), de Pernambuco. Para realizar esta formação deve-se cursar como forma de pré-requisito o curso Escola da Escolha, programa que nasceu em Pernambuco. Outro formador e orientador do NEM é o Instituto longo, que tem atuação destacada nas ações de formação de professores no ensino médio, foi criado em 2020.

Outro instituto que tem um programa bem extenso na formação de professores é o Vivescer, vinculado ao Instituto Península, tanto membros da diretoria como do conselho, todos vinculados a família Abilio Diniz. A organização é responsável pelos seguintes cursos: Acolhimento e Bem-Estar na Sala de Aula; Como Reduzir Conflitos na Escola; Jornada emoções para professores; Jornada Propósito para os professores. São certificados pelo Instituto Singularidades.

Nos itinerários formativos: componentes obrigatórios, aparecem como parceiros Fundação Itaú para Educação e Cultura - Itaú Educação e Trabalho e Instituto longo, este aparece como formulador das ações. O longo tem como mantenedoras o MBM – Movimento Bem Maior e Instituto MRV com figuras públicas como Luciano Hulk e Elie Horn, presidente da Cyrela. Os conselheiros parceiros são todos CEOs de grandes corporações, como pode ser observado no site do instituto. Nas trilhas de aprofundamento, com área focal de ciências humanas e sociais aplicadas, o Instituto longo também é formulador, pois aparece na ideação, redação e leitura crítica do material. Da mesma forma atuam



no material de ciências da natureza e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias.

No caderno de itinerários formativos: formação técnica, profissional e profissionalizante aparece o IUNGO *como articulador, responsável por “ideação, redação e leitura crítica do material”*. Cabe registrar que, segundo a secretaria, estes são cadernos de apoio.

## 2.2 NÃO HÁ FRONTEIRAS ENTRE PRIVADO E O PÚBLICO: CEARÁ

Como afirmamos na introdução, aqui apresentamos estudos e resultados de pesquisa em andamento, com previsão de conclusão em 2026. Assim como no RS, no Ceará, temos um levantamento que segue em pesquisa.

O Ceará tem se notabilizado pela divulgação de índices de melhoria da educação, mas ao adentrarmos aos meandros da política específica do governo Estadual, é possível perceber a lógica da empresa sendo implementada em todos os campos da educação. A reforma do Ensino Médio aplica a fórmula da empresa seja no âmbito das parcerias com Estado, na gestão e monitoramento das escolas, na formação dos currículos, dos docentes, no reordenamento dos equipamentos, dos recursos escolares e nas orientações que padronizam as atividades pedagógicas às exigências do mercado. Educação e ensino tornam-se formação, treinamento e mercadoria num alinhamento ao capitalismo pós-industrial.

A formação de equipes por competências, habilidades, “escolhas”, demandas e metas organizam a formação e distribuição de turmas, bem como a oferta curricular previstas no PAIF - Plano de Ação do Itinerários Formativos estruturado pela SEDUC-CE, a qual dispõe um passo a passo para assegurar a subjetividade através da lógica da empresa.

O desenvolvimento do Projeto de Vida é o eixo incisivo para garantir a subjetivação, a legitimação e a implementação do NEM. Através dele, as fundações parceiras asseguram a adequação dos equipamentos escolares às demandas do capitalismo contemporâneo sem qualquer atrito ou resistência. De fato, o projeto de vida comporta o fim da educação como prática de construção



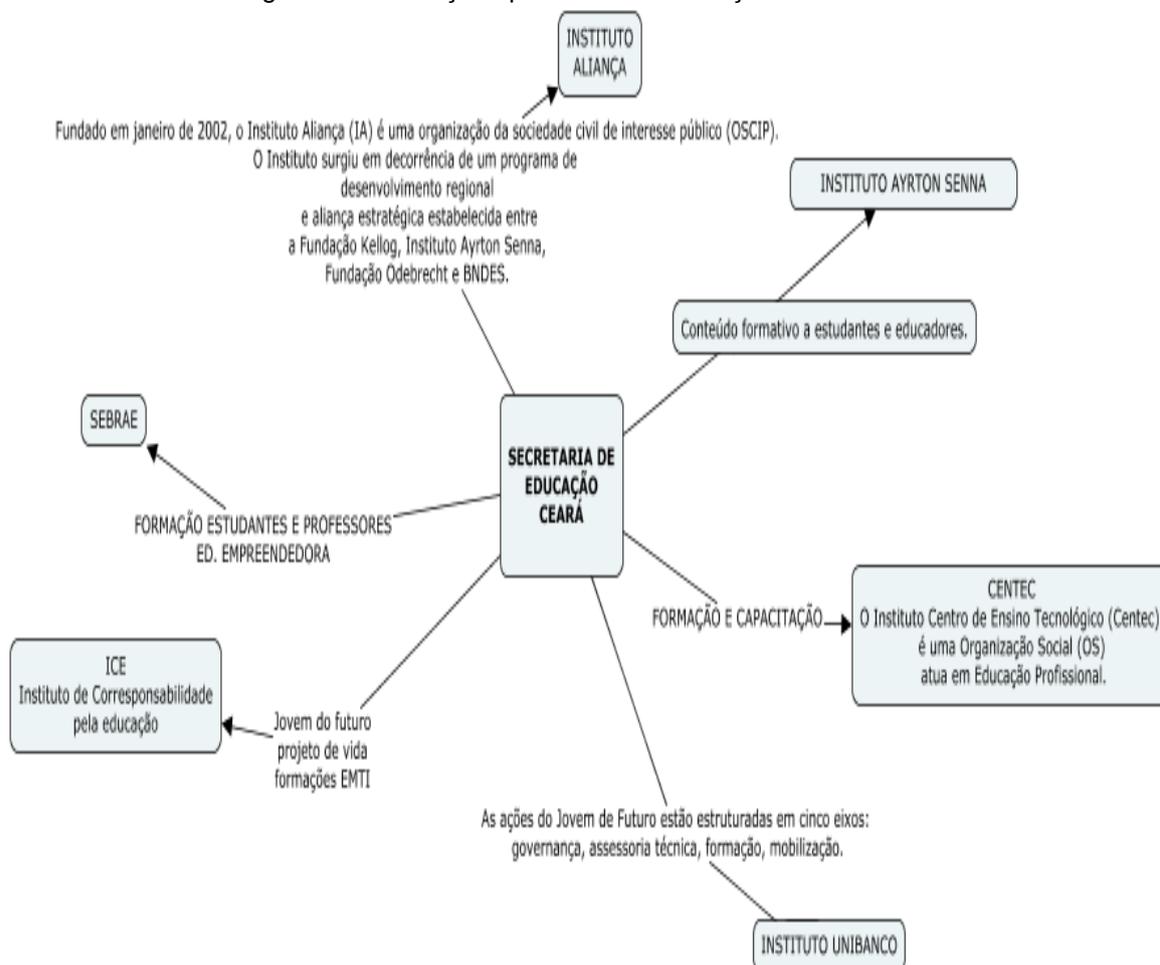
de conhecimento e de exercício crítico de pensamento. Ela perde seu traço pedagógico e construtivista para tornar-se uma rubrica de verbas do Estado destinadas ao treinamento de profissionais de acordo com as exigências e instalações das empresas.

Em suas ações, as empresas sob a roupagem das fundações com suas causas educativas manipulam a “escolha” do estudante gerando a ilusão de um processo democrático, o qual vai da escolha pelos itinerários curriculares destinados à profissionalização até a vontade da comunidade em ter sua região instalações de empresas e indústrias que expulsam moradores, impactam e poluem meio ambiente, afetam as atividades locais e tradicionais e, por vezes, utilizam os recursos básicos necessários à vida dos residentes. O silenciamento desses efeitos ocorre com a promessa do projeto desenvolvimentista de empregos, consumo e progresso na região no qual a escola passa a ser inserida.

Num jogo de “cartas marcadas”, as escolhas oficializam a execução dos planejamentos e dos acordos entre Estado e empresas através das escolas orientadas pelas fundações, as quais são braços das decisões acertadas pelas próprias empresas. Em suas ações neutralizam críticas e obstáculos aos projetos a serem impostos na comunidade, constroem docentes, adaptam estudantes com as promessas de acesso aos bens de consumo decorrentes da inserção no mercado ou no mundo do trabalho.

A seguir apresentamos os institutos que formulam e implementam essas políticas do Novo Ensino Médio no Ceará.

Figura 2 – Instituições privadas na Educação do Ceará.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do SEDUC-CE.

O Instituto Aliança, fundado em 2002, surgiu de trabalho e resultados alcançados por um programa de desenvolvimento implementado pela aliança com a Fundação Kellogg, Instituto Ayrton Senna, Fundação Odebrecht e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O Instituto Aliança nasce a partir deste trabalho. O instituto Aliança, é um dos raros que disponibilizam em seu site um demonstrativo financeiro. Todavia, chama atenção pela verba que recebem de governos, chega a 6 milhões, porém não discrimina de quais governos.

O caderno do estudante mundo do trabalho elaborado em parceria com o Instituto Aliança trabalha com os seguintes temas: Consumo consciente; Responsabilidade social; minha empresa cidadã; Ética no mundo do trabalho;



Assédio no mundo do trabalho: o que fazer com isso? Construindo um código de ética; Função arrecadadora do Estado; estudando um caso trabalhista; Programas de qualidade total: Iso 9000; Gestão da qualidade total; Programa 5 S: qualidade na vida pessoal e profissional/Apresentação das ações do programa 5S; Análise SWOT (a análise do swot leva em consideração para a análise deste instrumental: forças, oportunidades, fraquezas, ameaças); O perfil do profissional do século XXI.

O Instituto ICE – Instituto de corresponsabilidade pela educação inicia em 2000 em Pernambuco, atua na formação integral de jovens, assim como projeto de vida. Atua igualmente no RS e Ceará. O SEBRAE atua na educação empreendedora. Instituto UNIBANCO estrutura suas ações voltadas para o Jovem do Futuro, mas também na capacitação através de assessoria técnica, formação junto a estudantes, professores e diretores. O Instituto CENTEC – atua na educação profissional. O conhecido Instituto Ayrton Senna que se apresenta como um colaborador das políticas públicas que afetam as novas gerações brasileiras

A reforma do ensino médio e os materiais idealizados pelos Institutos abrangem um conjunto de ações dentro das escolas públicas de ensino médio. Estes institutos atuam nas competências socioemocionais, sobretudo no projeto de vida. Chamamos atenção que a produção de materiais disponíveis por estes institutos, não estão ligados a um currículo de formação integral, mas voltados ao projeto de formação onde o aluno deve pensar em sua empresa. É possível perceber a lógica da empresa sendo implementada em todos os campos da educação. A reforma do Ensino Médio aplica a fórmula da empresa seja no âmbito das parcerias com Estado, na gestão e monitoramento das escolas, na formação dos currículos, dos docentes, no reordenamento dos equipamentos, dos recursos escolares e nas orientações que padronizam as atividades pedagógicas às exigências do mercado. Educação e ensino tornam-se formação, treinamento e mercadoria num alinhamento ao capitalismo pós-industrial.



Um aluno de ensino médio deve ser formado para ter sua empresa, exclusivamente? Uma educação de qualidade, inclusiva, daria destaque, também, para a continuidade dos estudos no ensino superior.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS AINDA QUE INICIAIS: UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA**

Nos últimos anos, desde 2016, um conjunto de pesquisadores através de suas pesquisas sobre o Ensino Médio, vêm alertando sobre a tragédia que está em curso desde a MP 746/2016 de onde derivou-se a Lei 13.415 de 2017.

A falta de um currículo estruturado, dando ênfase em competências e habilidades, conceitos superados na década de 90, agora reeditados, precarizam a formação das juventudes brasileiras de tal forma que pode ser irreversível.

Muito mais contundente, a partir da reforma do Novo Ensino Médio, a organização dos materiais pedagógicos foi raptada pelos institutos privados, dando lugar a ausência do papel do Estado e das universidades públicas brasileiras. O privado engoliu o público, com a anuência do público.

Os institutos e fundações trabalham de forma acelerada para promover uma subjetivação através de treinamento, soluções individuais, centrada no empreendedorismo, na falsa ideia de que cada estudante poderá ser patrão de si mesmo. O tão propagado projeto de vida afirma ser possível escolher o que fazer, ainda que estejamos em um país com 12 milhões de desempregados. O projeto de vida inicia ainda no ensino fundamental, trazendo questões como “a caixa de ferramentas para o protagonismo: matriz de soluções; o que é empatia? criatividade como exercício de liberdade; o que quero transformar?”

É extremamente preocupante o que estes institutos e fundações, em conjunto com os estados da federação, estão fazendo com a formação das nossas juventudes. Temos toda uma geração que recebe do poder público, em parceria com o setor privado, um mínimo de formação. Todo o treinamento em curso neste momento é para formar jovens que serão mão de obra barata, pior,



desqualificada, pois o novo ensino médio não forma, não educa, pelo contrário, retira direitos destas juventudes.

As fundações e institutos formulam, definem a agenda, o conteúdo, os produtos educacionais e “pedagógicos”, monitoramento e controle sobre a ação educacional.

Um exemplo do que afirmamos é a apresentação do *Caderno do Estudante: Mundo do Trabalho - 2º. Ano*, percebe-se o direcionamento para o fim dos estudos. Os bimestres são configurados para construção de empresas fictícias, indicando o último (4º. Bimestre) para a simulação de uma seleção nestas empresas, a qual é denominada “Dia D” (como referência à histórica operação militar dos Aliados na II Guerra Mundial). A simulação caracteriza-se pelo treinamento e avaliação com vistas a atender a situações reais de entrevistas para emprego, considerando que o 3º. ano escolar se destina ao estágio como primeiro contato direto com o mundo do trabalho.

Assim, o discurso deste caderno confirma o *fim da linha* da vida estudantil, já que o único destino apresentado é o mercado de trabalho. O texto contém um teor de motivação: *Esperamos que ao final deste processo, você se encontre com a autonomia para essa fase da vida produtiva, consciente dos elementos que compõem este vasto universo do Mundo do Trabalho e empoderado a conquistar seu espaço* (Caderno Mundo do trabalho, p. 5)

A relação das empresas e fundações com os governos, que visa à educação orientada para a mercantilização, remonta ao governo FHC. Nesta trajetória, as iniciativas que fomentam a transformação das escolas em empresas já aparecem como projetos em andamento, além das ações dirigidas à privatização da educação pública e gratuita.

É possível observar nos materiais disponibilizados pelas fundações e institutos, propostas didáticas de capacitação e de treinamento do NEM, uma tendência discursiva de apropriação de conceitos caros à educação, os resignificando a fim de garantir a sujeição.

Mundo do trabalho, sustentabilidade, protagonismo, criatividade, ética, são conceitos carregados de autenticidade que fazem parte da experiência do



ensinar e do aprender dentro de uma proposta pedagógica e política que conduza a curiosidade epistemológica.

Este movimento de captura consiste em uma estratégia que opera uma espécie de esvaziamento dos conceitos. Mundo do trabalho, solidariedade, empatia, o qual é transformado em palavra de ordem e alinhado ao equívoco generalizado, que redundando na monetarização de todas as ações, através da padronização de condutas e comportamentos, garantindo a reprodução e ampliação do capital.

Como afirmado ao longo do texto, esse processo de privatização já estava em curso, todavia, aprofundou-se após a reforma no novo ensino médio. Temos no youtube do instituto longo uma fala que diz assim: em função da disparidade do território brasileiro, desenvolvemos ferramentas do nosso ensino médio. Este instituto foi criado em 2020.

Outro destaque que fazemos diz respeito ao imenso número de materiais, cadernos, lives para formação produzidos por estes institutos. Estes materiais têm alto custo para produção, logo, falta transparência, acesso a informações que desvelem quanto os estados estão repassando do público para o privado, certamente, tamanha quantidade de materiais não são repassados aos governos de forma gratuita. Observou-se um acelerado processo de privatização nos dois estados.



## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PINTO, José Marcelino de Rezende. Privatização da Educação na América Latina: Estratégias Recentes em Destaque. *Educação & Sociedade* [online]. 2016, v. 37, n. 134, p. 11-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016162765>. Acesso em: 19 julho 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno técnico: Análise e sistematização dos planos de implementação do novo ensino médio das 27 unidades federativas. Volume 3. 1. ed. Brasília, DF: 2022.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm).

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm).

CAPELLA, Ana Cláudia. *Formulação de Políticas*. Brasília: Enap, 2018.

KLEES, STEVEN J.; EDWARDS JR., BRENT. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países. *Revista Brasileira de Educação* v. 20 n. 60 jan./mar., 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação Básica: uma concepção ameaçada pelo regime de acumulação flexível. In: BAIRROS Mariângela. MARCHAND, Patrícia. (org.) *A Educação Básica tem futuro?* Porto Alegre: Cirkula, 2022.

PERONI, Vera. Relação Público-Privado: o papel da educação na construção de um projeto societário democrático. IN: *Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina*. Páginas 19-35. São Paulo. Livraria da física, 2021.



PERONI, Vera. Mudanças no papel do Estado e Políticas Públicas de Educação: Notas sobre a relação público/privado. IN: Políticas Educacionais em Tempos de Redefinições do Papel do Estado: implicações para a democratização da educação. Porto Alegre: Editora UFPEL, 2011.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Nueva Gramática del nel-liberalismo: itinerários teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de derecho, Ciencias políticas y Sociales, 2008.

RAMOS, Marise. Do “Nó do 2º. grau” ao ultraconservadorismo da atual política de ensino Médio no Brasil: Atualidade e Urgência do pensamento de Dermeval Saviani. IN: Revista Trabalho Necessário. v. 19, nº 39, 2021.

SEDUC. Secretaria da Educação - Ceará. Caderno do Estudante. Instituto Aliança, s/ano. Site: <https://institutoalianca.org.br>.

SEDUC. Secretaria da Educação - Ceará. Plano de ação para Orientação às escolas e acompanhamento da Implantação de Itinerários Formativos, (PAIF) s/ano.

SEDUC. Secretaria da Educação (Rio Grande do Sul). Ensino Médio Gaúcho, 2023a. Disponível em: <https://ensinomediogaucho.educacao.rs.gov.br/>. Acesso em: 27 de junho 2023.

SILVA, Monica Ribeiro da. ARAÚJO, Ronaldo Marcos Lima de. Educação na Contramão da Democracia - A Reforma do Ensino Médio no Brasil. IN: Revista Trabalho Necessário. v. 19, nº 39, 2021.

SMED. Cadernos Pedagógicos 9. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Dezembro de 1996.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez., 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>